

Apresentação

DOI: 10.5965/1984723818382017006

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723818382017006>

Helder Henriques
Amélia Marchão

O estudo das problemáticas relacionadas com a infância é um território fértil que merece continuar a ser explorado no âmbito dos estudos em educação. Nos últimos anos, têm-se destacado vários trabalhos que abordam a infância através de múltiplos olhares (jurídico; educacional; formativo; médico, político, entre outros) (ARIÈS, 1962; GOMES, 1986; FERREIRA, 2000; GONDRA, 2002; FARIA FILHO, 2004; KULHMANN e FERNANDES, 2004; VEIGA, 2004; VASCONCELOS, 2005; KULHMANN, 2006; CARDONA, 1997, 2006; ALMEIDA, 2009; CASTANHEIRA, 2011; MARCHÃO, 2012, ENTRE OUTROS). Este processo de “(re)descoberta da infância” tem contribuído para desenvolver novos territórios da infância, no contexto científico e, em particular, no domínio da história da educação na perspetiva temporal da modernidade educativa.

O entendimento que hoje possuímos, relacionado com a primeira etapa da vida do homem, aprofundou-se no contexto da modernidade e, em particular, da emergência e necessidade dos Estados-Nação em conhecerem melhor as suas populações (FOUCAULT, 2006). O estudo das populações, neste caso das mais novas, permitiu estabelecer padrões, construir instrumentos normalizadores, mas potenciou, de igual modo, a diferença existente nos contextos técnico-institucionais emergentes como a Escola.

A partir deste enquadramento, encontramos uma preocupação, por exemplo, com a infância marginalizada ou em perigo moral, ao longo dos séculos XIX e XX. A necessidade de evitar processos de desenvolvimento de “anomalias” sociais fomentou a intervenção normalizadora, entre outros, do Estado com o propósito de promover políticas de enquadramento sociomoral da criança. O investimento na infância provocou a emergência de diversas tecnologias de governação cujo objetivo maior era a manutenção da ordem social e a garantia de que as crianças incorporavam valores adequados e se tornavam homens e mulheres ajustados à sociedade e ao projeto político em desenvolvimento no arco temporal aqui abordado (HENRIQUES & VILHENA, 2015).

Neste seguimento, as preocupações com a formação de pessoas capazes de cuidar e ensinar as crianças mais novas tornaram-se crescentes. Esta preocupação favoreceu a emergência de territórios institucionais específicos que permitiram desenvolver competências, saberes e valores e atuar, com base em pedagogias emergentes nas centúrias de oitocentos e novecentos, sobre as crianças mais novas.

É no interior deste contexto que ao longo da modernidade vão surgindo, um pouco por toda a Europa, instituições que se dedicaram especificamente ao cuidar e educar das crianças na sua “primeira idade”. Estamos a referir-nos aos exemplos de França, onde foram criadas as *Salle d’Asile*, Inglaterra, com as *Infant Schools*, a Alemanha, com os *Kindergarten*, a Itália, com as *Case dei Bambini* ou a *Maison des Petits*, na Suíça (GOMES, 1986). As ideias pedagógicas inspiradoras das instituições referidas tiveram oportunidade de circular e foram apropriadas e adaptadas ao espaço ibero-americano.

Assim, o propósito deste dossiê ancora-se na necessidade de estudar, do ponto de vista histórico, a Educação de Infância no contexto territorial definido entre a primeira metade do século XIX e final da centúria seguinte no espaço ibero-americano (Espanha, Portugal e Brasil). Aqui, podemos encontrar um conjunto vasto de ideias sobre as problemáticas da infância e da sua educação ao longo de seis textos escritos propositadamente sobre esta temática. A educação da infância é o elo e o articulador deste trabalho de grupo.

Como já afirmamos, os textos abrangem várias realidades nacionais: destacamos, em primeiro lugar, o texto que Carmen Sanchidrián Blanco propõe relacionado com as primeiras instituições espanholas dedicadas à recolha e educação de crianças entre os dois e os seis anos de idade. O artigo estrutura-se em três partes centrais: numa primeira parte analisa-se o papel das mulheres nas primeiras instituições em Espanha dedicadas à educação e ao cuidado das crianças mais novas; em segundo lugar, à construção do lugar da mulher no interior dessas instituições e, por fim, alguns elementos sobre a educação de infância espanhola num período mais recente, com destaque para as problemáticas de género.

Em segundo lugar, podemos ler um texto da autoria de Aline Martins de Almeida, onde se propõe o estudo dos ritmos e dos quotidianos no primeiro jardim de infância público em São Paulo, no Brasil, no período que decorre entre 1896 e 1912. A autora procura discutir a importância dos rituais e das práticas associadas, nos espaços escolares dedicados à infância no período já referido.

Em terceiro lugar, continuamos a destacar a História da Educação de Infância no Brasil, e Maria Helena Camara Bastos oferece-nos um relevante contributo em que se ocupa a analisar a imprensa de educação e ensino e, a partir daí, procura discutir um conjunto amplo de representações relacionadas com as crianças, com idades compreendidas entre os quatro e os seis anos de idade, e com a construção identitária da professora Jardineira no âmbito das orientações emanadas pela revista dirigidas à formação de profissionais dessa área de trabalho nas décadas de 50 e 70 do século XX.

O quarto texto foi escrito por Célia Guimarães, também sobre a realidade brasileira, e propõe uma abordagem inspirada na legislação com o objetivo de compreender o discurso do Estado no processo de atendimento institucionalizado da infância naquele país.

Como dissemos antes, também incluímos neste dossiê a realidade Portuguesa. Nesse sentido, e sobre a problemática da educação da infância em Portugal, podemos encontrar um texto de Maria João Cardona que, um pouco no seguimento da abordagem da autora brasileira anterior, tentou construir uma ponte entre o passado e o presente da

educação de infância através, principalmente, dos marcos legais – como, por exemplo, a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (1997) – contribuindo para a discussão sobre a problemática específica da avaliação em educação de infância.

O último texto deste dossiê é da autoria de Helder Henriques e de Amélia Marchão, que procuraram compreender a importância da produção do pensamento pedagógico no âmbito de uma escola formadora de professores entre as décadas de 80 do século passado e os primeiros quinze anos do século XXI. Partiram para a construção do texto ancorados em dois conjuntos de fontes: a legislação e a imprensa de educação e ensino.

Por fim, encontramos um testemunho/entrevista de enorme importância recolhido junto de Teresa Vasconcelos, Professora Coordenadora Principal aposentada do Instituto Politécnico de Lisboa – Portugal. Neste instrumento de trabalho, podemos apropriar-nos de algumas representações, a partir da história de vida de uma das mais importantes pedagogas e investigadoras em Educação de Infância em Portugal da segunda metade do século XX, sobre as problemáticas que versam este dossiê.

Convidamos à leitura dos textos.

Muito obrigado!

Referências

ALMEIDA, Ana Maria (2009). **Para uma sociologia da infância**: jogos de olhares, pistas para a investigação. Lisboa: ICS.

ARIÈS, Philippe (1969). **Centuries of Childhood**: a social history of family life. New York: Vintage books.

CARDONA, Maria João (1997). **Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial (1834-1990)**. Porto: Porto Editora.

CASTANHEIRA, Luís (2011). **Para a História da Educação de Infância em Portugal: O caso de Bragança (1934-1986)**. Dissertação de doutoramento. História da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa.

FARIA FILHO, Luciano Mendes (2004) (Org.). **A Infância e Sua Educação** – Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica.

FERNANDES, Rogério e LOPES, Alberto e FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.) (2006). **Para a Compreensão histórica da infância**. Porto: Campo das Letras.

FERREIRA, António Gomes (2000). **Gerar, Criar, Educar** – A criança no Portugal do Antigo Regime. Coimbra: Quarteto editora.

FOUCAULT, Michel (2006). **Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GOMES, Joaquim (1986). **A Educação Infantil em Portugal (2.ª ed.)**. Coimbra: INIC/CPUC.

GONDRA, José G. (2002). **História, Infância e Escolarização**. Rio de Janeiro: 7letras.

HENRIQUES, Helder & VILHENA, Carla (2015). A preservação da infância: Análise de discursos sobre a criança em perigo moral (Portugal, 1910-1916). **Educ. rev.**[online]. 2015, vol. 31, n. 2, pp. 61-81.

KULHMANN, Moisés (2006). Infância e Educação (1820-1950): comparação e classificação. IN FERNANDES, Rogério e LOPES, Alberto e FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). **Para a Compreensão histórica da infância**. Porto: Campo das Letras, pp. 223-238.

KULHMANN, Moisés e FERNANDES, Rogério (2004). Sobre a história da infância. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A Infância e Sua Educação** – Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, pp. 15-34.

MARCHÃO, Amélia (2012). **No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do Ensino Básico: Gerir o currículo e criar oportunidades para construir o pensamento crítico**. Lisboa: Edições Colibri.

VASCONCELOS, Teresa (2005). **Das casas de asilo ao projeto de cidadania** - políticas de expansão da educação de infância em Portugal. Porto: Edições Asa.

VEIGA, Cynthia (2004). Infância e Modernidade: ações, saberes e sujeitos. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A Infância e Sua Educação** – Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, pp. 35-82.